

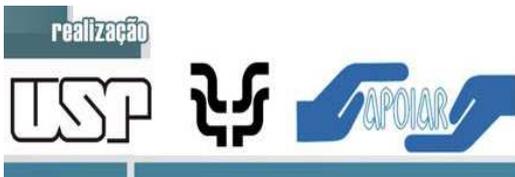


ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL

ISBN 978-85-86736

LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO
TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG
(Organizadoras)

apoio



**LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO E
TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG**

**ANAIS DA XI JORNADA APOIAR-
ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E
SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL**

REALIZAÇÃO

PRÓ REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO

UNIVERSITÁRIA DA USP

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

**LABORATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E PSICOLOGIA
CLÍNICA SOCIAL**

APOIO:

FAPESP

VETOR EDITORA PSICOPEDAGÓGICA

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Jornada APOIAR (11.: 2013: São Paulo)

Anais da XI JORNADA APOIAR: ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL realizada em 22 de novembro de 2013 em São Paulo, SP, Brasil / organizado por Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo. Tania Maria José Aiello Vaisberg - São Paulo : IP/USP, 2013.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-86736-56-8

1. Psicologia clínica 2. Identidade 3. Adolescência 4. Clínica I.

Título.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-86736-56-8



RC467

HUMILHAÇÃO: PERVERSÃO OU PROTEÇÃO?

Gisela Furquim

Miriam Tachibana

Tânia Maria José Aiello Vaisberg

Universidade de São Paulo

RESUMO

Na literatura especializada, o ato de humilhar tem sido frequentemente estudado, em contextos de interação grupal, desde a perspectiva de quem a pratica, como conduta perversa. Nesse estudo, discutimos sua ocorrência em contextos familiares, nos quais pode vir a ser considerado e vivenciado – pelo adulto - como tentativa de proteger crianças e adolescentes de decepções futuras. Para tanto, apresentamos um caso clínico, atendido em um enquadre clínico diferenciado, segundo o estilo clínico Ser e Fazer, realizado no Instituto de Psicologia da USP, focalizando uma paciente que expressa dramático sofrimento derivado de experiências de humilhação deste tipo. Concluímos que se trata de fenômeno complexo e paradoxal, na medida em que a humilhação parece estar motivada por preocupações relativas a preparar o indivíduo para ocupar posições sociais subalternas sem sofrimento excessivo. Este quadro indica, com precisão, como angústias ligadas à humilhação se entrelaçam indissociavelmente com a organização capitalista, estruturalmente pautada em desigualdades.

Palavras-chave: humilhação; sofrimento; exclusão social; perversão.

Reconhece-se, atualmente, que a psicanálise contemporânea tem caráter plural, consistindo num conjunto de desenvolvimentos muitas vezes bastante heterogêneos entre si. Um modo produtivo de examinar este panorama foi proposto por Greenberg e Mitchell (1984), quando reconheceram dois grandes modelos de teorização: o estrutural-pulsional

e o estrutural-relacional. Enquanto o modelo pulsional tenderia, a seu ver, a se constituir como abordagem que privilegia o estudo dos aspectos intrapsíquicos do ser humano, o segundo reconheceria a importância do ambiente, considerado inicialmente em termos familiares e, posteriormente, em termos socialmente mais amplos.

Temos, ao longo de nossa trajetória, adotado a visão estrutural-relacional, fundamentando-nos especialmente em Politzer (1928) e Bleger (1963). Explica-se, deste modo, porque buscamos cultivar um posicionamento concreto em nossa clínica e em nossas pesquisas, cuidando para não incidir sobre equívocos conhecidos como mitos do homem natural, isolado e abstrato, que dificultam a percepção da vinculação essencial entre sofrimento humano e a coexistência vincular, que se situa em contextos sociais, econômicos, culturais, históricos e geopolíticos.

É justamente porque entendemos que todo sofrimento seria socialmente produzido, em diferentes âmbitos coletivos, vale dizer, em termos grupais, comunitários, institucionais e sociais (Bleger,1963) que, em nosso grupo de pesquisa CNPq/USP “Psicopatologia, Psicanálise e Sociedade”, temos realizado investigações voltadas a grupos marginalizados, que seguramente vivenciam profundo mal-estar emocional pelo fato de serem vítimas de preconceitos. Dentre nossos estudos, destacamos o de Mencarelli (2010) com pacientes soropositivos, o de Ávila (2008) sobre alunos com deficiência, o de Ferreira (2006) sobre crianças adotadas, o de Aiello-Vaisberg (1999) sobre pacientes psiquiátricos, entre outros¹⁸.

Motivadas a criar enquadres clínicos, diferenciados da clínica ortodoxa, que possam ser adotados em equipamentos de saúde mental e, deste modo, acolher, de maneira inclusiva, pessoas que de outra forma não poderiam se beneficiar do tratamento psicanalítico, temos realizado, em nosso grupo de pesquisa, estudos voltados à potencialidade mutativa destes enquadres (Tachibana, 2006; Ambrósio, 2005; Vitali, 2004; Ambrosio, 2013; Mencarelli, 2010; Granato, 2002; Camps, 2003; Camps, 2009; Gil, 2010, dentre outros). Atualmente, tanto a configuração dos enquadres diferenciados, como a forma pelo qual podem ser investigados, em termos de sua potencialidade mutativa, encontram-se claramente descritas e consolidadas (Ambrosio,2013).

¹⁸ Uma visão do conjunto de nossa produção pode ser obtida pelo exame do curriculum lattes de Tania Aiello Vaisberg ou ainda no sítio www.serefazer.psc.br.

Nesse estudo, centralizaremos nossa atenção num sofrimento social específico, a humilhação, pelo fato de ter emergido espontaneamente como questão emocionalmente relevante em um contexto psicoterapêutico que se define, essencialmente, no sentido de favorecer a expressão subjetiva por meio de um *holding* atento e dedicado.

Notamos, por meio da literatura psicológica sobre o assunto, que a humilhação tem sido predominantemente estudada no contexto da abordagem de grupos socialmente excluídos. Como bem pontua Gonçalves Filho (1998), em seu estudo sobre a humilhação social de classes economicamente desfavorecidas, vivemos num mundo em que aquele que não tem dinheiro torna-se invisível aos olhos dos outros, como se não fosse merecedor de reconhecimento social.

Carreteiro (2003, p.60) complementa:

Todos os sujeitos sociais estão expostos a sentimentos forjados no confronto com injustiças. No entanto, são os integrantes de categorias mais subalternizadas os que vivenciam, de forma acentuada, situações que lhes desvalorizam, humilham, fazendo-os sentirem-se envergonhados. Eles participam de dinâmicas sociais que lhes depreciam e invalidam a importância dos seus códigos sociais e culturais, desqualificando as experiências vividas [...]. Estas lógicas se apropriam do mais profundo das subjetividades, pretendendo fazer com que os sujeitos se simbolizem como inadequados, como “normais inúteis” à sociedade ou como “segregados sociais”.

Por outro lado, quando a humilhação é considerada desde perspectivas psicanalíticas, observamos uma tendência a interpreta-la como manifestação de estruturação perversa da personalidade. Apoiado numa leitura metapsicológica, vale dizer, numa perspectiva estrutural-pulsional, Bigliani (2011), por exemplo, pontua que, de maneira geral, o indivíduo que desqualifica o outro estaria “vingando-se” de cenas humilhantes que ele próprio teria vivido anteriormente. É como se o indivíduo tentasse recriar episódios de humilhação, em que, ao invés dele ser um ator passivo e vitimizado, como ocorrera

outrora, encarnaria o protagonista que, no extremo oposto, seria o “agressor”. O psicanalista afirma ainda que essa seria a principal dinâmica presente nos episódios de *bullying*, em que um indivíduo torna-se perversamente o depositário maciço de conteúdos angustiantes e não integrados de um grupo que com ele compartilharia a experiência de já ter sido humilhado anteriormente.

Já o psicanalista francês André Sirota (2008), que tem trabalhado essencialmente com fenômenos de grupo, associa a conduta de humilhar o outro a uma dinâmica social sentida como ameaçadora. Assim, numa estratégia defensiva, o indivíduo desqualificaria o outro, geralmente em público, tentando se proteger desse cenário social vivido como ameaçador, bem como de experiências anteriores nas quais ele próprio se sentiu duramente reprovado:

(...) a tendência reiterada à desqualificação perversa deve ser compreendida como a defesa última de um sujeito, uma categoria de atores ou seus representantes face à ressonância provocada pela confrontação com a configuração social que atualmente vivem como ameaçadora e capaz de reativar antigas cenas de desaprovação, seja consciente ou inconscientemente [...]. Trata-se da necessidade irreprimível de se proteger e de se satisfazer no âmbito de uma cena social (institucional, profissional, associativa ou política) à custa do outro. Por esta conduta [...], designa-se o outro, um indivíduo ou uma categoria de indivíduos, suas ideias ou expressões, como ilegítimas ou indignas (...) (Sirota, 2008, p. 558).

Em um de nossos trabalhos sobre a potencialidade mutativa de enquadres clínicos realizados, acabamos deparando-nos com um grupo de pacientes que relatavam constantemente experiências de humilhação, não necessariamente vinculadas à perversão. A fim de facilitar a compreensão do leitor, nesse trabalho, destacamos, dentro desse grupo, uma senhora, que tinha por volta de 60 anos, era divorciada e vivia com a

mãe, a filha e a neta e que, frequentemente, contava, tanto para a terapeuta¹⁹, quanto para as demais pacientes que integravam o grupo terapêutico do qual fazia parte, episódios vividos em sua infância.

Apresentamos, a seguir, um trecho da narrativa transferencial (Granato & Aiello-Vaisberg, 2004; Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron&Beaune, 2009), redigida pela terapeuta, a partir dos atendimentos clínicos realizados:

“Num dos atendimentos, N. relatou que sempre ganhava coisas usadas dos tios e dos primos e que se sentiu muito humilhada quando, numa determinada vez, um tio trouxe como presente de natal, para a sua família, uma lata de leite em pó. Conta que sentiu vergonha e raiva, mas, ao mesmo tempo, sentia que não poderia expressar o seu mal-estar, pois seria considerada uma pessoa ingrata.

N. deixava claro que se sentia marginalizada não apenas pelos familiares mais distantes, mas, também, pelos próprios pais. Em uma sessão, contou que sempre comia frango, pois o pai tinha uma pequenina granja. O peito do frango, entretanto, era sempre separado para o seu pai, sendo que a sua mãe frequentemente lhe dizia: “A carne nobre não é para o seu bico!”. De maneira análoga, sua mãe lhe dizia que ela não deveria olhar as vitrines, pois não poderia mesmo comprar nada, cabendo-lhe apenas as roupas de segunda mão que ganhava dos outros”.

Selecionamos esse material clínico porque essa paciente relatava claramente episódios de humilhação vividos na infância. N. sentia-se humilhada não apenas porque seus pertences eram de segunda mão, mas, também, porque seus presentes consistiam em alimentos básicos para a sobrevivência, ao invés de brinquedos ou objetos do universo infantil.

Num primeiro momento, poderíamos afirmar, de maneira simplista, que a família de N. a humilhava, seja desmotivando-a a olhar as vitrines, seja deixando de lhe dar partes nobres da carne, porque se relacionava perversamente com ela, deslocando, para ela, situações de privação e de humilhação que teria vivido em sua infância. Assim, é como se

¹⁹ A terapeuta que sustentava o grupo era a pesquisadora Gisela Furquim.

os pais de N. reproduzissem, com a filha, as carências que eles próprios teriam vivido em relação aos seus pais ou demais figuras importantes do seu passado.

Entendemos, entretanto, que entender que os pais de N. a humilhavam movidos por motivações simplesmente perversas não faz jus à complexidade da situação emocional em jogo. Certamente tais condutas provêm de diferentes linhas motivacionais, que podem incluir tanto hostilidade contra a criança como culpa por não serem capazes, numa sociedade consumista, de atender a demandas dos filhos. Entretanto, julgamos importante lembrar, em função tanto de nossa experiência clínica, como daquilo que conhecemos, como pessoas, por vivermos numa sociedade na qual a pobreza é a condição predominante na população, que provavelmente tentavam, deste modo, ensinar-lhe que não deveria alimentar grandes ambições e expectativas, como, por exemplo, o de comprar mercadorias custosas em lojas, uma vez que não teria condições concretas de adquiri-las. Desde essa perspectiva, os pais de N. lhe teriam dito que certos privilégios não eram para “o seu bico” como uma forma de protegê-la de decepções futuras, e não apenas uma manobra perversa visando se defenderem eles próprios de episódios humilhantes vividos no passado.

Contudo, mesmo admitindo que a humilhação possa estar, em determinadas situações, vinculada a iniciativas protetoras, notamos que se trata de um cuidado distorcido, uma vez que, sem se darem conta disso, os pais de N. a feriam emocionalmente de modo profundo, deixando-a marcada com o imaginário sobre si como pessoa desprovida de valor aos olhos dos outros. Essa impressão de ser inferior e desprezível poderia transformar-se num sentimento de vergonha de si mesma, o que prejudicaria sua capacidade de criar e de transformar a sua situação social (Safra, 2004).

Entendemos, desse modo, que, tentando evitar que a filha se desiludisse futuramente, num mundo marcado por desigualdades sociais, os pais da paciente acabavam sabotando o seu desenvolvimento emocional, colocando-se, sem perceber, a serviço da manutenção desse sistema social, atuando, concretamente, como agentes ativos da perpetuação do *status quo*.

Notamos, assim, que, como fenômeno complexo e paradoxal, a humilhação vincula-se a diferentes movimentos, sejam eles perversos ou cuidadosos, que devem ser considerados nos contextos sociais, geopolíticos, culturais e históricos, nos quais ocorre.

Consequentemente, sua superação demandaria intervenções de variadas ordens. Sluzki (2001) sugere que um aspecto que pode tanto minimizar quanto maximizar a experiência da humilhação seria a reação emocional daquele(s) que testemunha(m) o episódio humilhante. Pontua, assim, que, se a testemunha revela-se empática e acolhedora, a tendência é a de que a humilhação fique diluída, do mesmo modo que, se a testemunha atuar sadicamente, a tendência é a de que o indivíduo humilhado sinta-se duplamente desqualificado.

Se cruzarmos essas proposições de Sluzki (2011) com as reflexões de Carretero (2003), sobre a importância de restituir a confiança dos indivíduos humilhados no mundo em que vivem, concluímos que uma das intervenções possíveis, frente ao fenômeno da humilhação, seria a criação de ambientes psicoterapêutico protegidos, onde os pacientes pudessem contar com analistas capazes de acolher, de forma continente, as suas histórias de humilhação. A nosso ver, este tipo de ambiente favoreceria, ao indivíduo humilhado, engajar-se num gesto de restauração de seu potencial criativo, escapando do fatalismo que frequentemente atinge as classes subalternas (Martin-Baró, 1987). Esta é uma dimensão muito importante deste problema, na qual percebemos uma clara articulação entre registros interpessoais e campos de sentido afetivo-emocional que dominam a vida social mais ampla²⁰.

De fato, em trabalho realizado anteriormente, em nosso grupo de pesquisa (Correa & Aiello-Vaisberg, 2008), sobre a eficácia clínica de uma oficina de arteterapia winnicottiana, junto a um grupo de pacientes de baixo nível de renda, que apresentavam sequelas de AVC, notamos que, ao se apropriarem do espaço psicoterapêutico, acabaram transitando do fatalismo para um posicionamento protagonista. Essa questão ficou maximamente visível quando o próprio grupo, espontaneamente, resolveu expor suas criações artísticas, realizadas na oficina, em espaços públicos. A nosso ver, a experiência mutativa, vivida no enquadre clínico, gerou efeitos que ultrapassaram de modo potente aquele espaço, permitindo resgate de potencial criador até então inibido pelo isolamento social provocado pela conjugação entre a doença e a precariedade social.

²⁰ Vale salientar que, desde a nossa perspectiva psicanalítica, o fenômeno do fatalismo, tão precisamente estudado por Martin-Baró, pode ser considerado como um campo de sentido afetivo-emocional ou inconsciente relativo.

Ao mesmo tempo em que vislumbramos intervenções clínicas para fazer frente à experiência de humilhação, entendemos que se fazem necessárias, também, intervenções de ordem política/social, que possam operar no sentido de uma transformação da realidade social, para que se possa tornar mais solidária, justa e ética. Falamos, portanto, em transformações estruturais da sociedade que não excluem, antes se associam, a alterações dos campos de sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos, a partir dos quais emergem as condutas de personalidades individuais e coletivas. Convergentemente, com relação ao nosso ponto de vista, Carreteiro (2003) propõe inclusive que intervenções políticas, junto a grupos socialmente marginalizados, sejam atravessadas por uma visão clínica:

[...] é importante ressaltar aos gestores de políticas públicas que quaisquer que sejam as dimensões políticas propostas, elas estarão sempre lidando com sujeitos. Elas devem saber qualificar (sem humilhar ou se apoiar em métodos geradores de vergonha) e preservar a memória social e individual [...] Em síntese, torna-se urgente acompanhar qualquer política pública de uma visão clínica, de uma sensibilidade à experiência do outro, seja ele um sujeito individual ou coletivo (Carreteiro, 2003, p. 70).

Encerramos esse estudo preliminar pontuando que, apesar de ainda vigorar, em alguns meios psicológicos, um imaginário equivocado segundo o qual a psicologia clínica estaria voltada ao indivíduo isolado, como se correspondesse a uma abordagem contrária à psicologia social, é possível fazermos uso dela na compreensão de fenômenos sociais e na realização de movimentos sociais. Na verdade, como lembra Bleger (1963), a psicologia concreta, que pode ser edificada a partir da superação dos mitos do homem natural, isolado e abstrato, integra a consideração da experiência psicológica, em âmbitos individuais e coletivos, com a dimensão social do viver humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIELLO-VAISBERG, T.M.J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de Psicopatologia*. Tese de Livre-Docência. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AIELLO-VAISBERG, T.M.J., MACHADO, M.C.L., AYOUCHE, D., CARON, R.; BEAUNE, D. (2009). Les récits transférenciels comme représentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In Beaune, D. (Org). *Psychanalyse, Philosophie et Art: dialogues* (pp.39-52). Paris: L'Harmattan.
- AMBROSIO, F.F. (2005). *Ser e Fazer - arte de papel: uma oficina inclusiva*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AMBROSIO, F.F. (2013). *O estilo clínico Ser e Fazer na investigação de benefícios clínicos de psicoterapias*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- ÁVILA, C.M. de (2008). *As gêmeas cantoras e o menino que sonhava ser jogador de futebol: imaginário de professores sobre inclusão escolar*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- BIGLIANI, C.G. (2011). Humilhação e vergonha: dinâmica e destinos. In Bigliani, C.G., Moguillansky, R. & Sluzki, C.E. (Orgs.). *Humilhação e vergonha: um diálogo entre enfoques psicanalíticos e sistêmicos* (pp.19-61). São Paulo: editora Zagadoni.
- BLEGER, J. (1963). *Psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- CAMPS, C.I.C. de M. (2003). *A hora do beijo: teatro espontâneo com adolescentes numa perspectiva winnicottiana*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CAMPS, C.I.C. de M. (2009). *Ser e Fazer na escolha profissional: atendimento diferenciado na clínica winnicottiana*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARRETEIRO, T.C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14 (3), 57-72.

- CORREA, M.C.R.; AIELLO-VAISBERG, T.M.J. (2008). Oficina de mosaico de papel: pesquisa sobre a potencialidade mutativa de um enquadre diferenciado para atendimento de pacientes com sequelas neurológicas graves. In *Anais da Segunda Jornada Internacional de Pesquisa em Psicanálise e Fenomenologia* (p. 303-315). Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- FERREIRA, M.C. (2006). *Encontrando a criança adotiva: um passeio pelo imaginário coletivo de professores à luz da Psicanálise*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- GIL, C.A. (2010). *Recordação e transicionalidade: a oficina de cartas, fotografias e lembranças como intervenção psicoterapêutica grupal com idosos*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GONÇALVES FILHO, J.M. (1998). Humilhação social: um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, 9 (2).
- GRANATO, T.M.M. (2002). *Tempo de gestar: encontros terapêuticos com gestantes à luz da preocupação materna primária*. São Paulo: Landmark.
- GRANATO, T.M.M.; AIELLO-VAISBERG, T.M.J. (2004). Tecendo a pesquisa clínica em narrativas psicanalíticas. *Mudanças*, 12 (2), 253-271.
- GREENBERG, J.R. & MITCHELL, S.A. (1994). *Relações objetais na teoria psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MARTIN-BARÓ, I. (1987). El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In Montero, M. (Org.). *Psicología Política Latinoamericana* (p.135-162). Venezuela: editorial Panapo.
- MENCARELLI, V. (2010). *Compaixão na contratransferência: cuidado emocional de jovens HIV+(s)*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- POLITZER, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia: psicologia e psicanálise*. São Paulo: UNIMEP.
- SAFRA, G. (2004). *A po-ética na clínica contemporânea*. Aparecida: Ideias & Letras.
- SIROTA, A. (2008). Humilhação social: uma reflexão sob o ponto de vista psicanalítico. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 25, n. 4, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_
-

arttext&pid=S0103-166X2008000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 09 nov. 2013.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400010>.

SLUZKI, C.E. (2011). Humilhação, vergonha e emoções sociais associadas: enfoque sistêmico e guia para sua transformação. In Bigliani, C.G., Moguillansky, R. & Sluzki, C.E. (Orgs.). *Humilhação e vergonha: um diálogo entre enfoques psicanalíticos e sistêmicos* (pp.71-106). São Paulo: editora Zagadoni.

TACHIBANA, M. (2006). *Rabiscando desenhos-estórias: encontros terapêuticos com mulheres que sofreram aborto espontâneo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

VITALI, L.M. (2004). *“Flor-rabisco”*: narrativa psicanalítica sobre uma experiência surpreendente. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.